

# A ECONOMIA DE GUERRA\*

**ROBERTO DE OLIVEIRA CAMPOS\*\***  
Economista

---

## SUMÁRIO

Introdução  
Os grandes dilemas  
A Teoria do Ponto Crítico  
O Ponto Crítico como percentagem do PNB  
A oportunidade do tema  
O armamentismo e o índice de atividade econômica  
As missões do “estabelecimento” militar  
Os vários tipos de economia de guerra  
O financiamento da guerra  
As falácias sobre o financiamento de guerra  
A velha controvérsia das “reparações”  
O superfinanciamento  
Desmobilização e reconversão  
A agradável surpresa  
A “civilianização” dos militares

---

\* N.R.: Conferência realizada na Escola de Guerra Naval (EGN), em 4 de maio de 1973.

\*\* Também professor, escritor, diplomata e político. Formou-se em Filosofia e Teologia em seminários católicos de Minas Gerais. Seguindo depois a carreira de diplomata, foi nomeado cônsul em Washington (EUA), onde formou-se em Economia pela Universidade George Washington. Pós-graduado em Economia pela Universidade de Colúmbia. Fez parte da assessoria econômica do Presidente Getúlio Vargas, sendo um dos idealizadores da Petrobras. Foi um dos presidentes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Governo Juscelino Kubitschek e ministro do Planejamento durante o governo de Castelo Branco. Em 1982, foi eleito senador pelo seu estado natal, Mato Grosso, e, em 1990 e 1994, deputado federal pelo Rio de Janeiro. Em 1999, assumiu cadeira de imortal na Academia Brasileira de Letras. Faleceu em 9 de outubro de 2001, no Rio de Janeiro.

## INTRODUÇÃO

O tópico que me foi designado, “A economia de guerra”, abarca dois dos elementos básicos da estratégia: a economia e o poder militar. É que, conforme nos ensinou um militar *double* de diplomata, o General James Gavin, nesta era pós-nuclear são quatro os componentes da “estratégia”, definida como a maneira pela qual uma nação aplica seu poder para manter sua existência no mundo. Esses elementos são: a economia, a ciência e tecnologia, as ideias e o poder militar. A relevância fundamental da economia e do poder militar para a estratégia é um “óbvio ululante”, como dizia um dos nossos cronistas. Menos óbvia, sem ser menos importante, é a contribuição dos dois outros fatores: ciência e tecnologia, de um lado, e ideias, do outro. A ciência e a tecnologia são determinantes fundamentais não só de inovações em sistemas de armamento, como no exemplo do

poder nuclear, mas também de dilatação de fronteiras, como no caso da exploração espacial ou da exploração submarina.

Em termos de consequências especificamente militares, o exemplo de Israel, país com bom nível científico-tecnológico diante dos árabes, indica que a capacidade técnica de manipular e inovar compensa, às vezes, inferioridade quantitativa, e até mesmo qualitativa, de armamentos. Quanto à importância estratégica das ideias, como elemento de motivação, é, por sua vez, documentada pelo conflito do Vietnã, em que a intensa motivação ideológica dos vietcongs e norte-vietnamitas

logrou neutralizar a superioridade instrumental do Vietnã do Sul, beneficiário do apoio aéreo e logístico norte-americano. Confinar-me-ei, porém, nesta disquisição aos problemas de economia de guerra, ou seja, a inter-relação do poder econômico com o poder militar. Abordarei, inicialmente, dois aspectos: os grandes dilemas e a Teoria do Ponto Crítico.

## OS GRANDES DILEMAS

Em conferência, há alguns anos, na Escola Superior de Guerra, tive ocasião de explicitar alguns dilemas, derivados do fato de que o poder econômico e o poder militar são círculos concêntricos: aquele mais amplo e este mais restrito. O poder

econômico consiste em mobilizar recursos materiais e humanos para a produção de satisfações para a sociedade. O poder militar mobiliza esses mesmos recursos para garantir à sociedade capacidade de coerção, permitindo,

interna e externamente, a consecução de objetivos nacionais.

Os dilemas que se colocam são três. O primeiro, que chamarei de “dilema dos canhões e da manteiga”, é a competição no uso de recursos entre os objetivos de consumo e bem-estar, de um lado, e os objetivos de investimento militar, de outro. Um segundo dilema é o “da bala e do parafuso” e resulta da competição, na utilização de recursos, entre o investimento diretamente produtivo, capaz de gerar bens, serviços e equipamentos diretamente utilizáveis pela comunidade, e o investimento militar, cujo produto não

**O poder militar mobiliza recursos para garantir capacidade de coerção, permitindo, interna e externamente, a consecução de objetivos nacionais**

é consumptível. O terceiro, finalmente, é o “dilema da aranha e do bicho da seda”, resultante do fato de que o exagero na aquisição imediata de instrumentos de segurança e guerra pode diminuir a capacidade de produzir autonomamente estes mesmos equipamentos amanhã. Em outras palavras, as despesas armamentistas podem diminuir os recursos disponíveis para a industrialização.

Todas as sociedades têm que conviver com estes vários dilemas, pois que necessitam, ao mesmo tempo, dos dois produtos: o bem-estar econômico e social, que é função, principalmente, do desenvolvimento econômico; e a segurança, que é função não exclusiva, porém predominante, do poder militar. A arte política do desenvolvimento consiste, então, em dosar prudentemente esses ingredientes. Isso nos leva à teoria que chamarei “do Ponto Crítico”.

## A TEORIA DO PONTO CRÍTICO

Existe um ponto crítico abaixo do qual a sociedade pode ter dificuldade em realizar seus objetivos nacionais, seja por ser incapaz de manter a disciplina interna, seja por estar demasiado exposta a pressões externas. Pode também preferir situar-se abaixo do ponto crítico das despesas de segurança, a fim de concentrar todos os recursos no desenvolvimento econômico e na promoção de programas de bem-estar social. Acima do ponto crítico, o dispêndio de segurança pode subtrair recursos necessários ao esforço de educação e saúde, à industrialização e à criação da infraestrutura; no plano financeiro, pode também gerar pressões inflacionárias internas e/ou provocar desequilíbrio no balanço de pagamentos pela importação de equipamentos militares.

A existência do ponto crítico faz com que seja necessário atentarmos continuamente para técnicas de barateamento do investimento militar. Os métodos de barateamento dos fatores de defesa podem estar no plano econômico, cultural ou político. No plano econômico, a receita adequada é a ênfase sobre investimentos de natureza bivalente, ou seja, de utilização mista, civil e militar, como os investimentos em comunicações e transportes; no plano cultural, a ênfase sobre educação e tecnologia, que são naturalmente bivalentes, servindo tanto ao aparelho militar como ao civil; no plano político, as alianças militares com outros países, para diminuir os ônus de defesa; e, finalmente, a utilização múltipla do material humano, para tarefas militares de um lado e civis de outro, como alfabetização, construção de obras pública etc.

## O PONTO CRÍTICO COMO PERCENTAGEM DO PNB

A determinação do ponto crítico das despesas de segurança não é algo generalizável, dependendo das circunstâncias de cada país: primeiramente, de sua vulnerabilidade a pressões externas; em segundo lugar, da existência ou não de recursos ociosos; terceiro, do nível de desenvolvimento já alcançado.

Empiricamente, se poderia definir como ponto crítico para um país em desenvolvimento um dispêndio de segurança da ordem de 1 a 2% do Produto Nacional Bruto (PNB), e não mais. Um por cento foi, historicamente, a cota de dispêndio de segurança dos Estados Unidos quase até a Segunda Guerra Mundial, excetuados, naturalmente, períodos esparsos de conflito ativo. É hoje a cota que o Japão, desarmado, está praticando; e a modicidade dessas

despesas de segurança é certamente parte da explicação do seu enorme avanço econômico após a reconstrução, como é também explicação parcial do progresso econômico alemão, comparativamente a outros países (ou, pelo menos até recentemente, de vez que a Alemanha começa agora a enfrentar despesas armamentistas algo mais pesadas).

Os países desenvolvidos enfrentam hoje despesas bem maiores que o “ponto crítico” aplicável aos países subdesenvolvidos. Nos Estados Unidos, o dispêndio de segurança é hoje da ordem de 7,5%; na União Soviética, entre 10 e 12%, conquanto a mensuração seja ali algo mais difícil, de vez que o dispêndio visível é da ordem de 8 a 9%, mas há também um dispêndio invisível, porquanto a União Soviética costuma ocultar parte de seus dispêndios armamentistas sob a rubrica de verbas científicas. Na França e na Inglaterra, a cota está entre 5 e 6% do Produto Nacional Bruto.

No Brasil, as despesas de segurança devem orçar em cerca de 2% do PNB, algo acima da taxa desejável para um país em desenvolvimento, mas sem grave exagero. O cálculo de nosso dispêndio em segurança é um pouco mais complicado do que parece. De um lado, algumas despesas, como as de controle de voo e proteção da Marinha Mercante, são nitidamente civis, ainda que figurem nos orçamentos militares. Do mesmo modo, o treinamento técnico de militares em engenharia, administração, comunicações e transporte é também uma contribuição à atividade civil e produtiva. E a Marinha deve saber bem disso, porque sofre de um grave *brain drain* de pessoal treinado, que se orienta para a vida civil, mas cujo treinamento foi computado como despesa militar. De outro lado, parte das despesas de aposentadoria dos inativos não figura

nos orçamentos militares, e sim no orçamento civil do Ministério da Fazenda.

O importante para nós, a esta altura, é criar-se uma doutrina sobre o ponto crítico. Já foi feita, aliás, uma tentativa em 1965, ao se oferecer ao governo algumas opções bem definidas. A primeira, mais austera, e aliás irrealista, seria congelar-se o orçamento militar, em termos nominais, o que significaria diminuí-lo, em termos relativos, na proporção da erosão inflacionária das verbas. A outra alternativa seria manter o dispêndio estável, em termos reais, isto é, reajustar as verbas exclusivamente para compensar a inflação, o que implicaria diminuir a proporção ou a participação do dispêndio militar no Produto Nacional Bruto em ascensão. A terceira alternativa seria aumentar o dispêndio militar estritamente em função do crescimento do PNB, isto é, manter estável a participação militar como fração deste. A alternativa final, absolutamente inaceitável, seria aumentar o dispêndio nacional mais do que em proporção ao crescimento do Produto Nacional Bruto, coisa que vários países latino-americanos têm feito, com resultados absolutamente negativos, em termos de desenvolvimento imediato e mesmo em termos de poder militar futuro, porque o poder militar futuro depende do ritmo de industrialização e desenvolvimento.

Dessas diversas soluções, a primeira seria irrealista; a última, absolutamente inaceitável. Digo que a primeira seria irrealista particularmente no contexto de uma situação internacional incerta e uma situação continental assaz conturbada. A quarta, como já disse, seria inaceitável por detrimientos para o desenvolvimento econômico. A terceira seria, a meu ver, exageradamente generosa, pois, às presentes taxas aceleradas de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB), teria-

mos uma expansão demasiado rápido do mecanismo militar, quando essa folga, idealmente, deveria ser reservada para melhoria do padrão de vida e aceleração da industrialização. A teoria mais lógica seria a baseada na segunda alternativa, a saber, manter-se estável o dispêndio militar, em termos reais, corrigindo as verbas na proporção da inflação, mas evitando fazê-las crescer proporcionalmente ao PIB, de vez que são vastas as necessidades de investimento econômico na industrialização e de investimento social na educação, habitação e nutrição do povo.

## A OPORTUNIDADE DO TEMA

O tema do limiar crítico é de candente oportunidade, particularmente a partir da ótica dos países em desenvolvimento. É que, no atual momento, as despesas armamentistas das superpotências tendem a se estabilizar, senão mesmo a declinar, enquanto continua ascendente o dispêndio dos países subdesenvolvidos, mormente das nações novas da África, Oriente Médio e Ásia, que veem na aquisição dos meios de violência sua libertação contra a violência alheia. No caso dos Estados Unidos, as despesas de segurança, que haviam atingido cerca de 48% do PNB ao fim da Segunda Guerra Mundial, declinaram rapidamente no pós-guerra, ascendendo temporariamente a 12% durante a Guerra da Coreia, para situar-se agora num nível de 7,5%, a despeito das ásperas demandas recentes da Guerra do Vietnã. Com a solução do conflito vietnamita, essa proporção tenderá ainda a declinar, a despeito de que parte da economia da Guerra do Vietnã será consumida na profissionalização das Forças Armadas, isto é, na eliminação do recrutamento e conscrição e sua substituição por um exército profissional. Na União Soviética,

o dispêndio armamentista vem se situando mais ou menos estável num nível de 10 a 12% do Produto Nacional Bruto.

Como é sabido, nos Estados Unidos, as aspirações de domínio nuclear são cada vez mais modestas. Anteriormente, tinha-se como indispensável à segurança nacional manter-se clara superioridade nuclear em relação à União Soviética. Depois aceitou-se a ideia de paridade nuclear, e hoje já se fala apenas em suficiência nuclear, a saber, capacidade dissuasória suficiente. Caso se materializem as perspectivas de *détente* na Conferência sobre a Redução Mútua e Balanceada de Forças, é possível que assistamos a uma parada na corrida armamentista nuclear das superpotências, conquanto os esforços de nuclearização da França, da China e, possivelmente, da Índia continuem a aumentar os riscos de proliferação nuclear.

O panorama é mais melancólico no tocante aos países em desenvolvimento, cuja vasta maioria está em fase de crescente armamentismo. Para as nações novas da África, o investimento militar é forma de afirmação da independência recém-conquistada. No Oriente Médio, o conflito entre Israel e os países árabes canaliza vastas somas para os orçamentos militares, sendo que, em Israel, mais de 40% do orçamento e cerca de 25% do PIB, e, no Egito, quase toda a receita cambial é empenhada no orçamento de defesa. Na Ásia, o elemento estimulante do armamentismo era, até recentemente, o conflito vietnamita, mas existem também o receio generalizado do imperialismo chinês e a excitação armamentista resultante da inimizade entre Índia e Paquistão.

Na América Latina, onde a urgência do desenvolvimento econômico e a ausência de conflitos internacionais tornariam natural maior prudência em investimentos militares, as faúlhas do conflito ideológico

em suas manifestações de terrorismo urbano e contestação subversiva reforçaram as pretensões do *establishment* militar a uma alocação maior dos recursos orçamentários e cambiais. Na maior parte das vezes, a resposta é desproporcional ao desafio, de vez que o equipamento comprado em obediência a anseios de modernização – aviões supersônicos e balísticos navais – não é, provavelmente, ajustado ao tipo de desafio existente, a saber, a contestação subversiva de tipo interno, que exigiria sobretudo pequenas unidades de grande mobilidade e poder de fogo intenso, mas convencional.

Segundo parece, a propensão armamentista dos países em desenvolvimento independe de sua atitude e postura em matéria de organização política. Existe armamentismo tanto na China comunista como no Egito e em Cuba socialistas, na Tailândia capitalista e no Peru social-militarista. Repontando, como reponta, em diferentes países de diferentes ideologias e em distintas fases de desenvolvimento, a propensão armamentista não é explicável em termos de motivações econômicas. Tradicionalmente, é verdade, se procurava explicar o armamentismo como “resultado de uma conjugação de interesses do complexo industrial-militar”, para usar a frase de Eisenhower, radicada em três fatores: a indústria bélica como fator de pleno emprego econômico, como estimulante do desenvolvimento tecnológico e como geradora de exportações necessárias ao balanço de pagamento. Entretanto o problema é menos simples do que poderia parecer.

## O ARMAMENTISMO E O NÍVEL DE ATIVIDADE ECONÔMICA

Sob o ponto de vista de manutenção de um alto nível de atividade econômica, o armamentismo é hoje desnecessário. Graças ao keynesianismo, conhecem-se várias técnicas de manipulação de despesas públicas e ativação do consumo privado, que possibilitariam manter pleno emprego, independentemente do nível de despesas de segurança, invalidando-se assim a teoria das esquerdas marxistas segundo a qual os países capitalistas necessitariam de armamentismo para atingir pleno emprego. Japão e Alemanha, por exemplo, com reduzido dispêndio de segurança, conseguiram ter no pós-guerra menos desemprego

e maior ritmo de crescimento do que os Estados Unidos e a Inglaterra, fortemente onerados por responsabilidades de defesa.

Haverá, por certo, gigantescos problemas na transição de uma economia armamentista para

uma economia pacífica, de vez que a demanda militar absorve recursos de natureza muito especializada, de uma demanda maciça e sob inteiro controle governamental, concentrada habitualmente em alguns poucos estabelecimentos fabris. Mas não há dúvida de que, mesmo num país em que as despesas militares representam 7,5% do Produto Nacional Bruto e 10% da mão de obra empregada, como nos Estados Unidos de hoje, existem várias áreas de dispêndio público que poderiam preencher as brechas deixadas por despesas de segurança. Programas espaciais, por exemplo, investimentos na

**A propensão  
armamentista dos países  
em desenvolvimento  
independe de sua atitude  
e postura em matéria de  
organização política**

renovação e modernização urbana, educação, recreação, programas de combate à poluição e, mesmo, coisa que muito nos interessaria, programas de auxílio a países subdesenvolvidos. Nota-se, assim, que a teoria marxista, segundo a qual a economia norte-americana não poderia prescindir de um alto nível de dispêndio militar sem risco de colapso, não encontra nenhuma base factual.

Conforme faz notar um ex-assistente do secretário de Defesa McNamara, Abdam Yarmolinsky, num importante estudo denominado “The Military Establishment”, as taxas de desemprego nos Estados Unidos eram menores em 1964 e 1965, antes da escalada armamentista provocada pelo conflito do Vietnã, do que em 1967 e 1968, quando as despesas militares chegaram a alcançar quase 10% do Produto Nacional Bruto. A aplicação, em 1964, de técnicas keynesianas de redução de impostos para estimular o consumo e investimentos civis exerceu um efeito ativador muito superior, econômica e socialmente, ao que teriam os programas armamentistas. Estes são hoje, aliás, na sociedade americana, objeto de violenta contestação, em decorrência da prioridade social atribuída aos programas de combate à pobreza, à poluição e à deterioração urbana.

Já o segundo argumento, a saber, a contribuição positiva das despesas de segurança para o desenvolvimento tecnológico, é muito mais ponderável. A necessidade de constante inovação, a concentração em problemas específicos e a importância de conseguir resultados dramáticos fazem com que o dispêndio militar traga expressiva contribuição ao desenvolvimento tecnológico. É duvidoso que inventos como o motor a jato, o radar, os satélites de comunicação e vigilância e os raios laser experimentassem o espetacular desenvolvimento que tiveram se não

fossem os objetivos militares colimados. É sabido também que a engenharia nuclear se desenvolveu em função da produção de bombas atômicas, podendo a eletricidade civil termonuclear ser considerada simples subproduto.

As instituições militares têm sido também uma das principais fontes de financiamento da pesquisa econômica. Nos Estados Unidos, por exemplo, o Departamento de Defesa respondia, em 1964, por 10% do dispêndio governamental em apoio à pesquisa universitária, e por mais de 50% no tocante às ciências físicas. Esta percentagem declinou hoje para cerca de 30%, mas ainda assim é fundamental em alguns campos, como a eletrônica, a física dos estados sólidos, a física nuclear e a ciência de computadores.

Menos sujeitos à crítica e à verificação de custos e resultados, os orçamentos de defesa podem adotar atitudes mais ousadas que os orçamentos civis nesse lançamento de rápidos avanços tecnológicos em setores específicos. Resta saber, entretanto, se a contribuição do armamentismo para o desenvolvimento tecnológico é um preço demasiado a pagar pela subtração de recursos às atividades diretamente ligadas a bem-estar. Esta pergunta é tanto mais relevante quando surgem, mesmo nas sociedades mais avançadas, dramáticos protestos quanto à qualidade da vida, seja pela existência de bolsões residuais de pobreza, seja pela ameaça de poluição, seja pela deterioração urbana produzida pela massificação das megalópoles. Mas ainda há algumas outras distorções na pesquisa de inspiração militar. Ela tende a acentuar mais a pesquisa aplicada à busca de resultados imediatos, em desmedro da pesquisa pura. Cria-se uma tendenciosidade em favor das ciências físicas, comparativamente às biológicas e sociais. Geram-se instrumentos cruéis de destruição, como

o armamento nuclear, o napalm, a guerra bioquímica etc., sem aumento correlato no grau de sensibilidade social e política da sociedade, contraste que motivou a recente revolta universitária nos Estados Unidos contra a pesquisa acadêmica financiada pelo Departamento de Defesa. É o descompasso entre a Física e a Ética. E existem ainda vários temas tecnológicos a explorar que não necessitam de ulterior inspiração militar: a conquista espacial, por exemplo, a exploração submarina, economicamente tão promissora, e a biologia molecular, que pode desvendar o segredo da vida.

Um terceiro fator potencialmente justificativo do armamentismo (em termos estritamente econômicos, visto que não estamos considerando o ângulo ético-social) é a sua contribuição para o balanço de pagamentos dos países exportadores de artefatos bélicos. Os armamentos representam boa parcela do comércio mundial. Os quatro principais exportadores são os Estados Unidos, com vendas da ordem de aproximadamente US\$ 2 bilhões de dólares anuais; a União Soviética, com mais de metade dessa quantia; a França, com quase US\$ 1 bilhão; e a Inglaterra, com cerca de US\$ 400 milhões.

Sem negligenciar a importância dessa contribuição, cabe lembrar que as vantagens comerciais são, até certo ponto, ilusórias. Boa parcela do fornecimento de armas americanas é de doações ou financiamentos em termos concessionais, quase sem expectativa de pagamento, ou na esperança de uma recompensa puramente política. A União Soviética enfrenta o mesmo problema, parecendo improvável, por exemplo, que obtenha ressarcimento econômico de seus gigantescos investimentos militares no Egito, de mais de US\$ 3 bilhões. Trata-se de uma operação política de construção de uma área de in-

fluência, e não de uma operação rentável de exportação. No tocante à Inglaterra, entretanto, e sobretudo à França, a qual tem sido o mais bem-sucedido *marchant de canons* da atualidade, a contribuição positiva da exportação de armas para o balanço de pagamento é bastante mais pronunciada do que no caso das superpotências. Mas em hipótese alguma constituiria motivação adequada para um *boom* armamentista.

No caso brasileiro – e o Brasil é um país que necessita violentamente de promover exportações –, é lícito pensar que um esforço bem coordenado da indústria bélica poderia gerar uma contribuição positiva para o balanço de pagamento, enquanto persistir o desvario armamentista em alguns países da América Latina, do Oriente Médio e da África, que seriam mercados para nós acessíveis, de vez que não sofreremos as inibições das grandes potências, isto é, não temos programas ou vínculos políticos especiais que desaconselham exportações para certas áreas. Talvez um esforço de desenvolvimento da indústria de armamentos no Brasil poderia exercer dois efeitos positivos: baratear o suprimento interno e estimular exportações, beneficiando o balanço de pagamentos. Trata-se, entretanto, de uma decisão a ser encarada com bastante sobriedade.

## AS MISSÕES DO ESTABELECIMENTO MILITAR

Se as considerações que mencionei tornam aparentemente menos interessante do que poderia parecer o armamentismo como instrumento de ativação econômica nos países desenvolvidos, o problema é *a fortiori* muito mais sério nos países subdesenvolvidos, onde os recursos são menores e os problemas sociais muito mais prementes. Sob este aspecto, é de

recear o deslanche recente de uma mini-corrída armamentista na América Latina, traduzida na compra de supersônicos e de equipamento naval extremamente sofisticado. Cabe recomendar moderação nesses programas. É que o desafio real da maioria dos nossos países é interno: contestação subversiva e guerrilha revolucionária, e o equipamento requerido e adequado bastante menos dispendioso e sofisticado – aviões de transporte, helicópteros, armas automáticas leves e veículos anfíbios, por exemplo.

Este conselho de prudência e cautela no dispêndio de segurança não implica desconhecer a importantíssima contribuição que o estabelecimento militar tem desempenhado e pode desempenhar na América Latina. Cabe-lhe a importante missão de promover a integração nacional, manter a ordem exigida pela continuidade do desenvolvimento e contribuir para a administração pública e para a purificação administrativa das empresas do Estado, tarefas para as quais os militares estão frequentemente mais bem equipados que a tradicional classe política, graças ao senso de disciplina, à menor propensão demagógica e à qualidade do recente treinamento militar voltado para a logística, o planejamento e as artes mais complexas da administração.

Se vários dos regimes militares recentes na América Latina – certamente é este o caso do Brasil – têm um saldo positivo a seu favor na tarefa de reconstrução nacional, importa, mais do que nunca, atentar para o limite crítico das

despesas de segurança, a fim de evitarmos desperdício de recursos, em desfavor do desenvolvimento econômico e social. As direções naturais de nosso esforço militar parecem claras: enfatizar as atividades de educação, treinamento e pesquisa, os investimentos em logística de comunicação e transporte, a fixação de núcleos nas fronteiras, o desenvolvimento tecnológico da indústria pela subcontratação de equipamentos e, no campo mais específico de segurança, o treinamento intensivo contra ameaças reais: a guerrilha revolucionária e o treinamento urbano.

Somente agora é que me debruçarei sobre o tema principal da nossa palestra, a saber: a economia de guerra. E já vi que consumi boa parte do tempo em oratória do tipo propedêutica.

**A economia de guerra  
deve ser objeto de um  
planejamento permanente.  
Depende de programação  
consciente de toda  
a população e do  
setor industrial**

## **OS VÁRIOS TIPOS DE ECONOMIA DE GUERRA**

Passemos ao tema principal que me foi designado: a economia de guerra. Podem-se distinguir três tipos, ou antes, três etapas, da economia de guerra: a economia de preparação, ou seja, a economia “permanente” de guerra; a economia de mobilização, relativa à logística própria da deflagração do conflito; e a economia pós-bélica em duas modalidades, quais sejam a economia de reconversão e a economia de reconstrução.

Se é verdadeiro o mote *si vis pacem, para bellum*, a economia de guerra deve ser objeto de um planejamento permanente; isso tornará o dispêndio mais econômico do que quando há irrupções apenas episódicas e descoordenadas de

dispêndio militar. Exemplos de planejamento permanente de uma economia de guerra são a Suécia e a Suíça, onde não se trata de um esforço episódico e nervoso, derivado de crises, mas sim de uma programação consciente de toda a população e de todo o setor industrial para o esforço bélico. Quando se consegue esse grau de preparação, podem-se diminuir substancialmente os custos reais do aparelho de segurança, evitando interrupções súbitas de produção.

A economia de preparação envolve três aspectos principais: o treinamento militar, que pode ser por regime de conscrição, em que o treinamento abrange, em toda ou em parte, a população em idade militar; e pelo regime de voluntariado, isto é, mediante o treinamento exclusivo dos profissionais. Como é sabido, em algumas das grandes organizações militares do mundo – no caso, os Estados Unidos –, em parte como resultado da revolta da juventude contra o conflito vietnamita, tomou-se a decisão política de marchar para o exército profissionalizado, imitando-se, no caso, as organizações navais, que tradicionalmente são mais profissionalizadas do que os exércitos.

Um segundo aspecto da economia de preparação é a estocagem de matérias-primas. Nesse particular, diferem muito os países quanto ao seu grau de autonomia de abastecimento. A posição mais favorável é a dos grandes complexos continentais que desfrutam grau relativamente alto de autonomia. Entre esses complexos continentais, se incluem os Estados Unidos, a União Soviética, o Canadá, a China e, em menor escala, o Brasil.

A razão do grau menor de autonomia do Brasil é a falta de adequada prospecção, particularmente no setor de metais não ferrosos, que não detectou ainda todo o acervo de recursos minerais existentes, e

também uma grave deficiência no setor energético, seja em termos de petróleo, seja em termos de carvão. Nosso grau de autonomia, aliás, diminuiu recentemente, devido a uma combinação de três fatores: o crescimento explosivo do consumo nacional de petróleo, da ordem de 10 a 11% ao ano; a relativa estagnação da produção petrolífera, que talvez possa ter incremento apreciável, como resultado de recentes explorações submarinas; e, finalmente, a crise mundial de combustíveis, resultante das conturbações no Oriente Médio, da pressão dos países produtores em busca de preços mais altos e da tardia tomada de consciência, pelos Estados Unidos, de sua própria crise energética, que se agravará rapidamente se não forem tomadas medidas corretivas entre agora e 1980. Dotados de menor autonomia são os Estados continentais que não chegam, entretanto, a representar um complexo continental, como Alemanha e França. Em grau ainda inferior de autonomia figuram os Estados insulares, com exceção apenas da Austrália, que é, de *per si*, um continente.

O terceiro elemento da economia de preparação é o planejamento industrial. Este não se refere apenas ao recenseamento de fábricas disponíveis para produção militar, que é também elemento essencial para o estudo dos dispositivos de reconversão. Sendo hoje a guerra um fenômeno industrial e tecnológico (pelo menos no que diz respeito à guerra convencional, porque subsiste a guerrilha revolucionária, que não pode ser equiparada à guerra científico-industrial, como revelou a experiência difícil do Vietnã), estamos marchando para aquilo que o economista H. Niebold chamava de *contract phase*. Nos Estados Unidos, por exemplo, o orçamento de defesa responde por 7,5% do Produto Nacional Bruto e cerca de 10% da mão de obra ocupada.

Mesmo numa economia tipicamente não planejada, como a economia americana de livre empresa, sempre houve preocupação com a economia de preparação. Por volta de 1931, ou seja, a meio caminho no período pós-guerra, havia já um esforço de recrutar empresários industriais como oficiais de reserva, e nada menos que 11 mil empresários industriais estavam listados como oficiais de reserva adjuntos ao Secretariado da Guerra. A Alemanha, no entreguerras, tinha planos de mobilização industrial já a partir de 1923, sem que, entretanto, esses planos, que pareciam bastante amplos e que eram disfarçados por meio de artifícios estatísticos, lhe tivessem garantido mobilização adequada ao início da Segunda Guerra Mundial. Os Estados Unidos também tinham um *industrial mobilization plan*, do qual foram feitas cerca de quatro edições entre 1931 e 1939. Apesar disso, foram considerados um país despreparado para a guerra. Somente depois, com um esforço intenso, chegaram os Estados Unidos a uma real mobilização, superior à da Alemanha. A história nazista e a falta de racionalidade no planejamento governamental fizeram com que a preparação alemã para a Segunda Guerra fosse, na realidade, bastante inferior ao que se supunha. O recente livro *Inside the Third Reich*, de Albert Speer, que foi o ministro da mobilização e da produção bélica, revela enormes lacunas de mobilização, chegando ele mesmo a concluir que os Estados democráticos tinham, no final da guerra, logrado um índice de mobilização e arregimentação de recursos superior ao de um Estado totalitário como fora a Alemanha.

O segundo tipo de economia é a economia de mobilização, ou seja, a economia de guerra propriamente dita. Esta se instaura com a abertura do conflito.

Os elementos principais da economia de mobilização são: primeiro, a logística do abastecimento militar, problema sobre o qual sou ignorante e o auditorio altamente versado, assunto, portanto, que, por modesta prudência, não abordarei; o segundo aspecto é o financiamento da guerra propriamente dito; e o terceiro, o controle e racionamento da produção civil.

## O FINANCIAMENTO DA GUERRA

O problema do financiamento da guerra é dos mais complexos e difíceis. Basicamente, podem-se distinguir duas grandes modalidades de financiamento: financiamento inflacionário e não inflacionário. O financiamento inflacionário consiste, pura e simplesmente, em admitir déficits orçamentários para cobertura das despesas do conflito. Isto gera emissões de papel-moeda e produz uma expansão da demanda de bens de serviços, a qual coincide com uma redução temporária da produção de bens de serviços disponíveis para uso civil, de vez que o grosso da produção tem que ser deslocado para o esforço bélico. Como já ficou dito, nos Estados Unidos, por exemplo, no auge do conflito mundial, o orçamento de defesa abrangia 48%, ou seja, quase metade do Produto Nacional Bruto, o que indica enorme constrição de fatia disponível para consumo civil.

Uma das características imediatas da guerra é então a criação de um hiato inflacionário, um *inflationary gap* fácil de compreender. De um lado, diminui a produção disponível para consumo imediato, contraindo-se a oferta de bens e serviços, tais como alimentos ou mercadorias de consumo, serviços de transporte e assim por diante. Grande parte da máquina produtiva tem que ser desviada para a

produção não consumptível – não disponível para consumo. Ao mesmo tempo, aumenta a remuneração paga aos fatores, de vez que há uma ativação econômica, que resulta habitualmente em aumento de salários, enquanto o déficit governamental gera também meios de pagamento. Estabelece-se então um círculo vicioso: aumentam os pagamentos de renda aos fatores de produção, aumenta a demanda de bens e serviços, diminui a oferta interna pelo desvio de produção para a indústria bélica, assim como pela dificuldade de importação, e, ocasionalmente, pela necessidade de atender à demanda mínima de países aliados. Esta é, então, a tenaz inflacionária.

Nenhum país respeitável aceitaria tranquilamente a ideia do financiamento puramente inflacionário da guerra, a saber, por simples déficit orçamentário coberto pela emissão de papel-moeda. Quando não se tomam medi-

das não inflacionárias adequadas, ocorre o fenômeno de hiperinflação, como se verificou na Alemanha ao fim da Primeira Guerra Mundial; na China, durante o conflito sino-japonês; e na Hungria, também durante a Primeira Guerra. Habitualmente, procura-se adotar também métodos não inflacionários de financiamento da guerra. Em primeiro lugar, está a tributação, ou seja, o aumento de impostos. Em segundo, os empréstimos internos. Estes podem ser empréstimos voluntários, quer dizer, venda de títulos do Tesouro, voluntariamente absorvidos pelo público, ou empréstimos compulsórios, estes, por sua vez, de duas modalidades: colocação

compulsória de títulos governamentais e retenção salarial, pela qual a parcela retida dos salários constitui um “fundo de salários” congelado para distribuição ulterior, após terminada a emergência militar. O que há, no caso, é um esforço quádruplo de enxugamento do poder aquisitivo, seja pela tributação, pois que os impostos aumentam o poder aquisitivo do governo e diminuem o poder aquisitivo do público; seja pelos empréstimos voluntários, que significam um transferência de recursos aquisitivos do público para o governo; seja pelos empréstimos compulsórios, que têm o mesmo efeito; seja pelo pagamento diferido de salários – com o que uma parte da renda disponível para

consumo é congelada, num esforço de se equilibrarem a oferta e a procura.

Outra modalidade de financiamento são os empréstimos externos. Estes, quando imediatamente traduzidos em importações, aumentam a dispo-

nibilidade interna de bens de serviços, ajudando a diminuir a pressão inflacionária de duas maneiras: tornando menos necessária a compressão da indústria civil, mediante a importação de armamentos, ou, se a importação se traduz em bens de consumo, aumentando a oferta interna desses bens. Nenhum país, entretanto, pode deixar de utilizar, além de instrumentos de financiamento inflacionário, em dose tão pequena quanto possível, vários dos dispositivos acima referidos de financiamento não inflacionário. Mais importante ainda, nenhum país pode deixar de agregar a esses instrumentos financeiros outras

**Nenhum país aceitaria o financiamento puramente inflacionário da guerra, a saber, por simples déficit orçamentário coberto pela emissão de papel-moeda**

medidas, chamadas complementares, quais sejam, o controle de preços e o racionamento. Ambos visam diminuir o impacto do desequilíbrio entre a oferta e a procura de bens de consumo.

## AS FALÁCIAS SOBRE O FINANCIAMENTO DE GUERRA

Seria interessante discutirmos agora algumas das falácias na análise do financiamento da guerra. A primeira falácia, objeto de debate extremamente interessante, é a que postula ser possível e desejável transferir parte do custo da guerra para as gerações futuras. Esse objetivo é, até certo ponto, ilusório. Todos aqueles que insistem em que se deve recorrer mais ao método de empréstimos e menos ao da tributação para financiamento da guerra partem do pressuposto de que seria injusto descarregar todo o custo sobre a geração presente e que por meio dos empréstimos, podia-se deslocar uma parte do custo para as gerações futuras, às quais caberia o ônus de amortização. Essa possibilidade, entretanto, é até certo ponto ilusória. Na realidade, quando o governo levanta um empréstimo, isso significa que o consumidor transfere parte do seu poder aquisitivo para aquele. Em consequência, o sacrifício repousa sobre a geração presente. É verdade que o empréstimo será amortizado pelas gerações futuras, mas o que sucede é que nas gerações futuras haverá apenas uma transferência entre grupos; os contribuintes pagarão impostos que serão transferidos aos detentores dos títulos correspondentes aos empréstimos efetuados durante a guerra. Haverá, portanto, apenas uma transferência de recursos dentro da mesma geração.

O esforço de guerra implica, inapelavelmente, contenção de consumo e, portanto, sacrifício para a geração presente. Como combinar tributação e empréstimo é

algo que depende muito das circunstâncias políticas do país, sendo odioso financiar todo o esforço bélico com a tributação, procura-se psicologicamente adoçar um pouco a pílula, recorrendo ao instrumento do empréstimo.

Também quando se usa o processo da inflação, na realidade, a sacrificada é a geração presente. Se a inflação são os grupos de renda fixa, estes é que são sacrificados num processo inflacionário aberto. No caso de inflação reprimida, quer dizer, se os controles de preços são realmente eficazes, os consumidores em geral pagam o preço, porque, ainda que tenham disponibilidades monetárias, não encontram, fisicamente, bens para consumir, devido ao racionamento. É verdade que as classes de renda mais alta procuram escapar ao racionamento por meio do “mercado negro”, que surge praticamente em todos os países, em épocas de violento racionamento bélico.

A única maneira de financiar indolentemente uma guerra, se é que existe alguma guerra financeiramente indolor, seria o caso de conflitos iniciados a partir de uma situação de desemprego e capacidade ociosa na economia. Concebe-se então que, durante um certo tempo, ninguém sofra, porque o esforço de guerra seria abastecido por meio da ocupação da capacidade ociosa e redução do volume de desemprego. Isso sucedeu nos Estados Unidos em alguns períodos. Durante a fase inicial da Segunda Guerra Mundial, quando os Estados Unidos vinham de um período de longa depressão e desemprego, parte do esforço bélico foi indolor, financiado meramente pela absorção de recursos e capacidade ociosa. Esta hipótese, no mundo moderno, que sofre muito mais de inflação do que de deflação, é absolutamente teórica; quase nenhum país tem realmente capacidade ociosa que lhe permita financiar indolentemente o esforço bélico.

## A VELHA CONTROVÉRSIA DAS “REPARAÇÕES”

A segunda falácia do financiamento da guerra é a ideia de que se podem transferir encargos para o inimigo. Essa transferência seria realizada após o conflito, mediante a cobrança de reparações. É o grande problema que fascinou os economistas no período depois da Primeira Guerra até a grande depressão: a “questão da transferência”, ou seja, o problema das dívidas de guerra. Entretanto, exceto em escala limitada e para países pequenos, é pouco provável que se recapturem recursos transferidos pelo inimigo. A transferência de recursos por meio de reparações foi possível, por exemplo, da

Alemanha para Israel e do Japão para Coreia do Sul, Filipinas e Indonésia. Trata-se de países recipientes, relativamente pequenos, e as reparações não foram maciças. Esse

processo torna-se, entretanto, ilusório quando aplicado a grandes países. As reparações impostas à Alemanha, por exemplo, após a Primeira Guerra Mundial foram tão pesadas que acabaram sendo neutralizadas pela inexistência de um mecanismo exequível. Para que houvesse aquelas transferências maciças, por meio de reparações, seria necessário que a Alemanha expandisse dramaticamente suas exportações; para que estas se expandissem dramaticamente, era preciso que os países credores estivessem dispostos a importar. Mas os países credores, ao sentirem o impacto da concorrência maciça da produção industrial do devedor, ergueram barreiras protecionistas para salvarguardar suas próprias indústrias. É

**A ideia de que encargos econômicos de guerra podem ser transferidos para o inimigo é uma falácia**

um autêntico círculo vicioso. Para se receber o pagamento de dívidas do devedor, é preciso dele importar bens e serviços; ao se abrirem as comportas da importação, deixa-se subocupada a indústria nacional; e esta exige que se erijam barreiras protecionistas para coibir tal invasão.

Na realidade, o que houve no entre-guerras foi o financiamento das reparações com empréstimos internacionais, como os do Plano Davis. Fracassou assim, substancialmente, após a Primeira Guerra, a tentativa de recuperar recursos por meio de reparações, a não ser em escala assaz limitada. Certamente, houve um volume apreciável de transferências, mas é ilusório pensar que aquilo que se gasta no financiamento de guerra pode ser totalmente recuperado por meio de reparações.

Na Segunda Guerra Mundial, o problema foi ainda mais grave. Como a destruição foi mais pesada e as dívidas de reparação, portan-

tanto, maiores, acabaram os Estados Unidos, na realidade, emprestando ou doando dinheiro aos países vencidos. O problema da transferência se processou, portanto, ao reverso. Em vez de receber reparações dos países vencidos, o que houve foi realmente o Plano Marshall, que auxiliou a recuperação alemã, japonesa e italiana, a ponto de se popularizar na Europa o chiste de que a receita mais segura de progresso econômico seria perder uma guerra para os Estados Unidos. Em vez de, portanto, maciças transferências dos devedores para os credores, o que houve foi auxílio dos credores aos devedores, traduzido este auxílio, principalmente, no Plano Marshall, que custou aos Estados Unidos US\$ 17 bilhões.

## O SUPERFINANCIAMENTO

Uma outra falácia do financiamento da guerra é a postulação de que se conseguiria eliminar qualquer efeito inflacionário da guerra por meio de um orçamento equilibrado. Na realidade, é difícil, em períodos de guerra, manter-se um orçamento equilibrado, porque não há tolerância política, mesmo sob a excitação de fervor ideológico da guerra para as medidas tributárias necessárias. Mas, mesmo se houvesse, seria necessário mais do que um orçamento equilibrado; seria preciso o que se chama de sobrefinanciamento, ou seja, um orçamento superavitário. É que, ainda que o orçamento fosse equilibrado, ele resultaria numa mudança na natureza do dispêndio. O autor do dispêndio deixaria de ser o setor privado, que às vezes poderia economizar dinheiro, passando a ser o governo, que é forçado a despendar na guerra a totalidade da receita, e que o faz com grande velocidade. Haveria, então, um aumento na velocidade de circulação e uma simultânea diminuição da poupança, pela simples transferência de recursos do setor privado para o setor governamental. Para se conseguir, portanto uma guerra asséptica, financiada não inflacionariamente, por via orçamentária, seria necessário não apenas um orçamento equilibrado, mas um orçamento superavitário, objetivo ambicioso e impraticável, difícil de conseguir mesmo em tempo de paz.

Também é ilusório pensar – e esta é a última falácia – na factibilidade de um financiamento totalmente não inflacionário por via de empréstimos. Este financiamento somente seria não inflacionário se todos os recursos cedidos o fossem voluntariamente, representando exatamente a decisão da comunidade de se privar de bens e serviços. Se houver

algum elemento de compulsão, o setor privado procurará recompor sua estrutura de dispêndio, exercendo pressão inflacionária. Deixaria também de ser não inflacionário se o empréstimo fosse resgatado no período de guerra, pois, à medida que houver resgates, reinjeta-se dinheiro em circulação, aumentando o poder aquisitivo disponível. Deixaria também de ser não inflacionário se os empréstimos fossem colocados por meio do sistema bancário, a não ser que o sistema bancário não utilizasse os títulos governamentais como reserva, baseando nisso uma ulterior expansão de crédito. Também não se exerceriam efeitos inflacionários se os bancos absorvessem os empréstimos do governo, diminuindo, portanto, seus empréstimos à atividade privada, hipótese assaz teórica.

A conclusão é que, quase inevitavelmente, o financiamento da guerra exerce uma pressão inflacionária. Pressão inflacionária que se tenta normalmente diminuir, porém nunca se consegue eliminar totalmente por meio dos instrumentos já mencionados – tributação e empréstimos –, e também por meio de medidas complementares. Algumas destas atingem o mecanismo salarial, pelo congelamento de salários ou pelo seu pagamento diferido; outras atingem o nível geral de consumo, por meio de medidas de racionamento – de gasolina, alimentos, tecidos, enfim, de bens essenciais, a fim de se liberarem disponibilidades físicas para utilização militar.

## DESMOBILIZAÇÃO E RECONVERSÃO

A terceira fase, por assim dizer, da economia de guerra é a de reconversão e reconstrução. A fase de reconverter não implica dificuldades específicas, o que é desnecessário acentuar. Em primeiro lu-

gar, é necessário reorientação dos efetivos militares para a vida civil; é o problema da desmobilização propriamente dita. Em segundo lugar, é preciso reconverter a indústria militar da utilização bélica para a utilização pacífica; é o problema específico da reconversão.

Há, portanto, dois temas interligados: o problema da desmobilização humana, que envolve não só os efetivos militares, mas também a própria liderança militar, que em parte terá sido, no período de guerra, recrutada a partir de cargos civis; e o problema da reconversão da produção bélica para a produção de bens de consumo civil.

## A AGRADÁVEL SURPRESA

O problema da desmobilização e reconversão foi surpreendentemente fácil no pós-guerra. Esperava-se, como resultado da desmobilização de efetivos e reconversão de

facilidades preventivas, uma crise de depressão e desemprego. O que se verificou, ao contrário, foi um surto de inflação. Essa experiência é um pouco nova. Após o grande impulso inflacionário das guerras, chegada a fase de desmobilização, receavam-se seriamente fenômenos generalizados de depressão de preços e desocupação de mão de obra.

Quando se discutiu a criação do Fundo Monetário Internacional, a preocupação mundial, pelas alturas de 1944, era evitar desvalorizações monetárias competitivas a fim de estimular exportações. Receava-se que os países beligerantes, acossados por enorme onda de desemprego e capacidade ociosa, passassem a necessitar

ferozmente de expandir suas exportações, engajando-se numa corrida de desvalorização cambial, como a que ocorrera durante a grande depressão dos anos 30, quando se criaram controle de câmbio e taxas cambiais múltiplas. Entretanto o que o mundo experimentou após a Segunda Guerra Mundial, quase ininterruptamente, salvo pequenos ciclos recessivos, foi uma constante pressão inflacionária.

Isso ocorreu, em parte, porque as próprias técnicas de mobilização do dispêndio governamental, aprendidas durante a guerra, mais o embasamento teórico das teorias econômicas o keynesianismo, permitiram aos governos descobrirem, rapidamente, alternativas para o esforço

militar. Uma dessas alternativas foi a própria reconstrução física da enorme devastação produzida pela guerra, isto no tocante aos países europeus mais diretamente afetados pelo impacto

físico do conflito. Quanto aos Estados Unidos, coube-lhes o esforço de auxiliar na reconstrução dos países europeus, para o que foi montado o Plano Marshall, que permitiu à economia americana transformar-se rapidamente de grande fornecedora de equipamento militar em grande fornecedora de alimentos e bens civis, mantendo em alto nível a atividade econômica. Em suma, a excitação bélica é hoje desnecessária para a manutenção do pleno emprego.

*Contrario sensu*, a desmobilização bélica também não gerará desemprego apreciável, porque existem técnicas hoje bastante desenvolvidas de financiamento governamental da transferência de fatores.

**Num pós-guerra, é necessário reconverter a indústria militar para a produção de bens de consumo e fazer-se a desmobilização humana**

## A “CIVILIANIZAÇÃO” DOS MILITARES

Farei agora alguns breves comentários sobre dois problemas colaterais. Um deles é o que se poderia chamar, usando-se um neologismo importado do inglês, de a crescente “civilianização” dos militares; não falo de civilização dos militares, de vez que esperam já serem civilizados, mas da “civilianização” dos militares. Trata-se de uma tendência mundial inevitável e desejável.

Em primeiro lugar, os militares necessitam de outro mecanismo de defesa que não o voltado para o inimigo externo ou para o inimigo interno de tipo subversivo. Eles precisam defender-se contra o poder político e a administração, que impõem restrições à carreira militar. Como resultado, o militar é obrigado a “civilianizar-se”, quer dizer, a aprender técnicas de administração civil e técnicas de influência política. Um outro instrumento de “civilianização” é a própria tecnificação da guerra moderna. Sendo ela extremamente tecnológica, implica para os militares o desenvolvimento de vocações para as carreiras de engenharia, planejamento e logística, que são bastante tecnificadas e afins às carreiras civis. Um terceiro processo de “civilianização” resulta da assunção de poder político pelos militares e do desempenho de papéis políticos por eles. Isto é extremamente visível, sobretudo no Terceiro Mundo, onde existe, quase em escala maciça, uma tomada de poder político pelos militares, obrigando-os, portanto, a um esforço de “civilianização”.

Esse fenômeno, entretanto, não é confinado ao Terceiro Mundo. Mesmo nos países desenvolvidos do Ocidente, nota-se uma crescente preocupação com o exercício, pelos militares, de alguma

função política. Nos Estados Unidos, a “civilianização” avançou mais aceleradamente que em outros países (exceto no tocante ao exercício de funções governamentais), porque se trata do país cujo mecanismo bélico é mais tecnificado e no qual os militares mais sofrem as injunções do predomínio civil. Como é sabido, a grande função de Robert McNamara, como secretário da Defesa, foi subordinar rigidamente as estruturas militares de orçamentação e custos a critérios civis de aferição econômica, o que obrigou os militares a se entregarem à análise de sistemas, à programação linear e à técnica de computadores, a fim de poderem exercer uma administração econômica altamente tecnificada.

A segunda observação colateral é que as técnicas de financiamento de uma economia de guerra têm pontos de afinidade bastante grandes com os processos inflacionários correntes, particularmente os processos de populismo inflacionário. Na realidade, a inflação pode ser considerada uma espécie de guerra. É em si uma guerra civil, porque os diversos grupos sociais brigam por conseguir uma fatia maior da renda e do consumo. Apenas é uma guerra civil incruenta, quer dizer, habitualmente sem derramamento de sangue.

Os países latino-americanos, alguns deles até hoje e o Brasil até 1963, sofreram muito dessa espécie de guerra criada pelo populismo inflacionário. O populismo inflacionário entregava-se, lascivamente, como sucede ainda no Uruguai e na Argentina e, há pouco, no Chile, à emissão de papel-moeda para aumentar salários, financiar obras públicas e benefícios sociais exagerados, cedo, obviamente, anulados pela inflação. Criou-se, ao mesmo tempo, um efeito semelhante ao da economia de guerra: aumento de poder aquisitivo nominal pela expansão

monetária. Há outro efeito semelhante, ainda que em escala menor, ao bélico: uma redução da produção disponível para consumo por causa das greves salariais que interrompem a produção da mesma forma que os distúrbios bélicos – e pela baixa produtividade resultante do próprio processo inflacionário. Cria-se então um hiato inflacionário, para o qual a solução não é muito diferente das exigidas numa economia de guerra: controle de preços e, em alguns casos, racionamento físico da oferta de bens, simultaneamente a tributação e empréstimos governamentais para sugar poder aquisitivo excedente. Curiosamente, mesmo um país supostamente de economia de mercado, como os Estados Unidos, se viu recentemente obrigado, por

meio da implantação da chamada “nova política econômica”, que está hoje em sua terceira fase, a adotar alguns instrumentos típicos de épocas anormais de conflito, como o congelamento de preços e salários e incremento de tributação.

São estas as considerações que me ocorrem fazer sobre o complexo tema da “economia de guerra”, assunto obviamente demasiado vasto para o tratamento sumário em uma ou duas horas de disquisição. Gostaria de concluir que cabe a todos nós, inclusive aos cultores da arte militar, aprendermos a arte da paz para escapar à arte da violência. Isto é extremamente necessário, como dizia Barroso, “num mundo que insiste em praticar a violência apenas porque não aprendeu a se julgar por si mesmo”.

#### 📁 CLASSIFICAÇÃO PARA ÍNDICE REMISSIVO:

<ECONOMIA>; Economia; Esforço de Guerra; Indústria Bélica; Indústria de Armamento; Orçamento de Defesa; Recuperação;  
<GUERRA>; Preparo para a Guerra;